



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682627 - SP (2021/0234045-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ROSELY GALVÃO MOTA - SP264777
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXSANDER SILVA AURELIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXSANDER SILVA AURELIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502440-14.2020.8.26.0544).

O paciente foi condenado à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 583 dia-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, c/c art. 61, inciso II, alínea *j* (calamidade pública), do Código Penal.

As impetrantes sustentam a necessidade de afastamento da agravante descrita no art. 61, inciso II, alínea *j*, do Código Penal, ao argumento de que "não há que se falar em aproveitamento, pelo paciente, da atual situação calamitosa decorrente do surto de Coronavírus para praticar um crime" (e-STJ fl. 4).

Ponderam que "há a incidência da agravante apenas em situações nas quais o sujeito passivo do crime esteja em menor possibilidade de defesa decorrente da calamidade pública, não dizendo respeito, pois, ao descumprimento de uma norma sanitária de isolamento social" (e-STJ fl. 5).

Afirmam que "está claro que o estado de calamidade decretado em virtude da pandemia em nada contribuiu ou facilitou a execução do delito, devendo existir nexo entre a situação vivenciada no período de calamidade pública e o crime cometido, sob pena de se caracterizar responsabilidade penal objetiva, refutada por nosso ordenamento jurídico" (e-STJ fl. 8).

Requerem, liminarmente e no mérito, seja afastado o reconhecimento da agravante prevista no art. 61, II, *j*, do Código Penal.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de

3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência